



Jornalismo de dados como alternativa à cobertura burocrática da editoria de economia

Iander Moreira Porcella¹
Laura Storch²

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Resumo: A emergência do jornalismo de dados ocorre em um momento de crise estrutural dos meios de comunicação, com cortes de custos nas redações, diminuição da audiência, deslocamento de verbas publicitárias, além de uma relativa perda de credibilidade da imprensa e do jornalismo. Na cobertura econômica, os problemas giram em torno da burocratização da editoria: muita ênfase em declarações de fontes oficiais e pouca reportagem interpretativa. Diante desse cenário, o presente trabalho sugere, com base em um referencial teórico da área, que as técnicas de jornalismo de dados podem trazer inovação e mais credibilidade ao jornalismo econômico. A adoção das bases de dados como principais fontes das reportagens, no entanto, não pode levar a uma crença excessiva na objetividade dos dados, que também podem levar a erros interpretativos.

Palavras-chave: jornalismo de dados; jornalismo econômico; crise no jornalismo; bases de dados; objetividade.

1. O jornalismo de dados

Jornalismo de dados é um conceito em construção, atribuído às práticas jornalísticas que utilizam bases de dados como principais fontes para a produção de conteúdos

¹ Acadêmico do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: imoreira-porcella@gmail.com

² Orientadora do Trabalho. Jornalista, professora adjunta na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenadora do Laboratório de Experimentação em Jornalismo. Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: lsstorch@gmail.com

jornalísticos. Conforme Träsel (2014), tal processo envolve técnicas de reportagem assistida por computador (RAC), visualização de dados, infografia, criação e manutenção de bases de dados e as políticas de acesso à informação e de transparência de governos e órgãos públicos. Essas são algumas das características que fazem do jornalismo de dados algo “novo”.

Para Crucianelli (2013), embora todo o jornalismo atual seja feito com dados, jornalismo de dados é o que se faz a partir de grandes quantidades de dados. As fontes desta prática jornalística são, principalmente, os milhares de registros inscritos em documentos digitais, que, dificilmente, poderiam ser analisados e virarem pauta sem o auxílio de técnicas e ferramentas específicas. É o que afirma, também, Bradshaw (2013, s.p.):

O que faz o jornalismo de dados diferente do restante do jornalismo? Talvez sejam as novas possibilidades que se abrem quando se combina o tradicional "faro jornalístico" e a habilidade de contar uma história envolvente com a escala e o alcance absolutos da informação digital agora disponível. (BRADSHAW, 2013, s.p.)

Na mesma perspectiva, Vermanen (2013) define jornalismo de dados como um novo conjunto de competências para buscar, entender e visualizar fontes digitais de informação e destaca que os conhecimentos do jornalismo tradicional já não são suficientes para dar conta de todo o volume de informação contido nas bases de dados. O autor, porém, pondera que o jornalismo de dados é um “acréscimo” ao jornalismo tradicional e não uma “substituição”.

Träsel (2014) afirma que as técnicas específicas do jornalismo de dados permitem ao jornalista encontrar informações de valor noticioso em bases de dados com até milhões de registros, tarefa que dificilmente seria possível sem o auxílio de computadores, pelo menos não em um tempo curto, como é o das publicações jornalísticas. Träsel acrescenta que as ferramentas “facilitam, ainda, o trabalho de comparar diferentes bases de dados, para a produção de novo conhecimento sobre a sociedade, criando mash-ups ou relatando os resultados em texto, audiovisual e imagem.” (TRÄSEL, 2014, p.108).

Essas bases de dados, disponibilizadas na Internet ou acessíveis por meio de solicitações a órgãos públicos, são fruto de um movimento mundial de transparência pú-

blica de governos. No Brasil, a [Lei nº 12.527/2011](#), conhecida como Lei de Acesso à Informação, foi promulgada em 18 de novembro de 2011 e entrou em vigor em 2012. A LAI permite que qualquer pessoa física ou jurídica possa solicitar informações de órgãos e entidades públicos, e vale para os três Poderes da União (Executivo, Legislativo e Judiciário), para os Estados, Distrito Federal e Municípios, além dos Tribunais de Conta e o Ministério Público. As diretrizes da LAI estabelecem a “observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção” e a “utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação”.

Embora o jornalismo de dados seja associado a esses grandes bancos de dados públicos, as reportagens de dados também podem surgir a partir de registros de origem privada. Uma das primeiras referências ao termo “jornalismo de dados”, segundo Lilianna Bounegru (2013), foi feita por Adrian Holovaty, em 2006, em um artigo intitulado “Um aspecto fundamental em que websites de jornais precisam mudar”. Ao falar sobre as mudanças pelas quais passava o jornalismo em meio à ascensão da Internet, Holovaty (2006) sugere que jornalistas de redações locais produzam suas próprias bases de dados a partir da cobertura diária.

Muito do que os jornalistas locais coletam no cotidiano é informação estruturada: o tipo de informação que pode ser picada, de forma automatizada, por computadores. No entanto, a informação é destilada numa grande bolha de texto - um artigo de jornal - que não tem chance de ser reaproveitado. (HOLOVATY, 2006, s.p.)

Holovaty (2006), então, apresenta um caso hipotético em que um repórter de uma editoria de segurança começa a produzir um banco de dados sobre incêndios. A cada ocorrência de incêndio na cidade, o repórter registra em uma planilha informações como dia, horário, local, número de vítimas, causa do incêndio, idade média dos prédios atingidos, etc. Depois de ter registrado determinada quantidade de dados, o repórter já consegue perceber tendências que podem resultar em reportagem de dados.

Ainda que uma das primeiras referências ao termo “jornalismo de dados” tenha sido em 2006 e essa prática jornalística esteja ligada a características específicas deste século, como o crescimento da Internet e a promulgação de leis de acesso a informações

públicas, o jornalismo de dados tem sua origem em dois conceitos do século passado: a Reportagem Assistida por Computador (RAC) e o Jornalismo de Precisão.

Conforme Bounegru (2013, s.p.), a RAC foi utilizada pela primeira vez em 1952 pela rede de TV americana CBS, para prever o resultado da eleição presidencial daquele ano. De acordo com a autora, a RAC é uma técnica para analisar dados com o objetivo de aprimorar uma reportagem investigativa. Já o termo jornalismo de precisão, segundo Bounegru (2013, s.p.), começou a ser utilizado no início da década de 1970, por Phillip Meyer, para descrever o emprego de métodos de pesquisa das ciências sociais no jornalismo, em resposta ao surgimento do “New Journalism”, que aplicava técnicas de ficção à escrita jornalística. “Meyer defendia que eram necessários métodos científicos para coleta e análise de dados, em vez de técnicas literárias, para permitir que o jornalismo alcançasse sua busca pela objetividade e verdade”. (BOUNEGRU, 2013, s.p.)

Träsel (2013, s.p.) faz uma distinção também entre o jornalismo de precisão e a RAC. Segundo o autor, o jornalismo de precisão é uma abordagem jornalística baseada numa tradição positivista, na qual os jornalistas devem seguir protocolos claros e reprodutíveis, com aplicação de métodos de pesquisa social e comportamental, que podem ou não incluir o uso de computadores. Já na aplicação da RAC, o uso de computadores é indispensável.

Träsel aponta, ainda, uma substituição do uso do termo “jornalismo de precisão” pelo uso de “Reportagem Assistida por Computador”:

O Jornalismo de Precisão, embora continue sendo praticado, não perdurou como conceito de referência, sendo substituído pelo termo Reportagem Assistida por Computador (RAC). Não apenas a expressão usada para designar essas técnicas se modificou, mas conceitualmente a RAC retirou o foco do projeto de atribuir um caráter científico ao jornalismo, passando a concentrar-se principalmente no desenvolvimento e disseminação de aplicações da informática ao trabalho de reportagem. (TRÄSEL, 2014, p.107)

Outros autores também destacam diferenças entre o jornalismo de dados e os demais conceitos. Royal e Blasingame (2015) apontam que as raízes do jornalismo de dados estão nos campos da reportagem investigativa e da RAC mas que “os produtos do jornalismo de dados devem acrescentar engajamento através da customização e da contribuição dos usuários, o que é possível a partir de técnicas de desenvolvimento e pro-

gramação.” (ROYAL, BLASINGAME, 2015, p. 41). O engajamento do público por meio da customização dos conteúdos resultantes do jornalismo de dados é feito, principalmente, na etapa final do processo de produção das reportagens, a visualização de dados, com infográficos interativos e customizáveis, como destacam Segala e Spannemberg (2016, p.7): “Ademais, outra distinção entre o jornalismo de dados e a RAC é a ênfase na visualização dos dados como uma das suas funções centrais e, relacionado a isso, o fato de considerar o público também como um ente construtor das histórias”.

Bounegru (2013, s.p.) afirma que há um debate sobre “continuidade ou mudança” na relação do conceito de jornalismo de dados com as vertentes anteriores, mas que uma posição mais “produtiva” seria considerá-lo como “parte de longa tradição, mas que agora responde a novas circunstâncias e condições”.

Mesmo que não haja uma diferença entre objetivos e técnicas, o surgimento do termo "jornalismo de dados" no início do século indica nova fase em que o absoluto volume de dados que estão disponíveis online — combinado com sofisticadas ferramentas centradas no usuário, plataformas de crowdsourcing e de publicação automática --permitem que mais pessoas trabalhem com mais dados mais facilmente do que em qualquer momento anterior da história. (BOUNEGRU, 2013, s.p.)

O fato é que o jornalismo de dados surge em um momento de mudanças estruturais no mundo jornalístico e pode, inclusive, ser entendido como uma forma de adaptação por parte da imprensa às mudanças promovidas, principalmente, pela Internet, como defende Viana (2013). Träsel (2014) também coloca o jornalismo de dados como uma resposta à crise profissional e organizacional pela qual passam os meios de comunicação, devido às mudanças estruturais trazidas pelo meio digital, como o deslocamento das verbas publicitárias da imprensa para empresas de tecnologia, como Google e Facebook, e a mudança de perfil do jornalista, que passou a exercer funções de produtor de Web, preocupado com as métricas de audiência.

2. O jornalismo econômico e seus problemas

Segundo Caldas (2008), o jornalismo econômico existe desde o surgimento da imprensa. No Brasil, no entanto, a cobertura econômica ganhou força e passou a ocupar uma editoria própria somente durante o período da ditadura militar (1964-1985).

O jornalismo econômico floresceu e só ocupou espaço próprio à época da ditadura militar de 1964. A política era privilégio dos generais, que a praticavam nos bastidores da caserna, quase sempre para conspirar entre eles próprios. [...] Assim, as páginas de política emagreciam na mesma proporção em que as de economia engordavam, indiretamente incentivadas pelos generais, ávidos em divulgar feitos do "milagre econômico" e da queda da inflação. (CALDAS, 2008, p. 5-6)

A Associação Nacional dos Jornais (ANJ) também descreve este “florescimento” da editoria de economia na ditadura militar, apontando o desenvolvimento de um jornalismo econômico “vigoroso” tanto em publicações especializadas, quanto nos veículos de informação geral.

Essa expertise se revelaria de extraordinária utilidade para a imprensa e para a população nas décadas de 1980 e 1990, quando o Brasil, em menos de dez anos, passou por três presidentes, 11 ministros da Fazenda, nove diferentes políticas econômicas e seis padrões monetários. Se a população e a economia suportaram tamanha instabilidade, isso se deveu, em grande medida, à capacidade dos jornais de bem informar a respeito. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, [s.d.], p. 12)

A cobertura atual do jornalismo econômico é dividido por Segala (2017) em três eixos, com base em estudos de Bernardo Kucinski e Sidnei Basile. O primeiro eixo apresentado por Segala é o de políticas de governo e assuntos macroeconômicos, como inflação, juros, emprego e desemprego, PIB e endividamento público. O segundo eixo é a cobertura de negócios e empresas, a microeconomia, com cobertura de resultados de empresas, lucros, questões específicas de setores empresariais e histórias de empresários. O terceiro eixo de cobertura abarca o mercado financeiro, as finanças e os investimentos pessoais.

Caldas (2008) aponta, no entanto, algumas fragilidades da cobertura atual de questões econômicas na imprensa brasileira. Uma delas é o texto. A autora afirma que a escrita em jornalismo econômico exige um grande esforço do jornalista para traduzir em linguagem clara e acessível os números, os termos técnicos usados pelas fontes, sejam elas oficiais, especialistas ou documentais.

Se o leitor não entender o que leu, é porque o jornalista não cumpriu sua função básica de informar. Escreveu como se fosse um burocrata e não como um

bom repórter. O empresário tem lá seu vocabulário próprio, o economista lança mão de expressões técnicas da ciência econômica, o ministro fala no linguajar escorregadio do governo. Mas o jornalista deve ter preocupação e preparo para interpretar o que ouviu desses personagens e, ao escrever, traduzir tudo em linguagem simples e objetiva, capaz de ser entendida por qualquer um, do porteiro de seu prédio ao mais importante empresário do país. (CALDAS, 2008, p. 4)

Segundo a autora, o jornalista econômico deve saber interpretar a informação e agregar novos dados, oferecer às pessoas indicações de tendências, para que possam planejar suas vidas e seus negócios.

As pesquisas mensais do IBGE sobre produção industrial e desemprego, o resultado do mês da balança comercial, por exemplo, são informações que chegam ao repórter de forma técnica e fria. Ao escrever, ele não deve seguir o script que leu ou ouviu. Se assim o fizer, vai apenas reproduzir para o leitor a chatice das expressões típicas do economês, que o cidadão comum não é obrigado a conhecer. É exatamente isso que faz as pessoas identificarem o jornalismo econômico como a "parte chata" e de "difícil leitura" do jornal. (CALDAS, 2008, p. 39-40)

Para que o jornalismo econômico deixe de ser identificado como a “parte chata” da cobertura jornalística, Caldas (2008) sugere que os jornalistas econômicos escrevam mais reportagens interpretativas, que se destaquem em meio à cobertura diária de declarações de ministros e empresários.

No geral, a pauta de assuntos é mais burocratizada do que deveria ser. Os temas de agenda estão lá, sempre. É a coletiva do ministro da Fazenda [...], é a reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) que vai decidir a taxa de juros. Cobre-se seminário de mais e faz-se reportagem de menos. Alegria do pauteiro é a agenda cheia de acontecimentos. Não deveria ser assim. (CALDAS, 2008, p. 47)

Outro problema, citado por Basile (2002), é a dependência excessiva de releases e fontes oficiais, o que acaba transformando a cobertura de assuntos econômico em um jornalismo puramente “declaratório”.

Uma das formas insidiosas de ceder à burocracia é a de se deixar pautar pelos outros. O impulso de ceder diante disso é muito grande porque todos os emissores de informação que giram em torno da imprensa econômica estão continuamente agindo para obter a assimilação, pelo jornalista e pelo veículo que ele representa, dos pontos de vista que esses emissores desejam, e não necessariamente a verdade dos fatos. (BASILE, 2002, p. 99)

Caldas (2008) também identifica a dependência de releases de assessorias de comunicação como um problema no jornalismo econômico. A autora afirma que, geralmente, são os próprios jornalistas que tornam a editoria de economia desnecessariamente “difícil” e “chata”, ao se concentrarem demais em declarações de fontes oficiais e releases e, ainda, reproduzirem tais falas sem a devida contextualização.

3. As crenças dos jornalistas de dados

Träsel (2014) propõe pensar o jornalismo de dados também como uma espécie de alternativa encontrada pelos jornalistas para superar a crise vivida pela imprensa. Para o pesquisador, os meios de comunicação vêm perdendo credibilidade ao longo do tempo, com a desconfiança por parte da audiência em relação às notícias, aos métodos utilizados pelos jornalistas e à atenção insuficiente dada aos interesses da população. Träsel (2014, p. 74) afirma que “o jornalismo tem caído em descrédito cada vez maior por parte dos cidadãos devido a seus defeitos constitutivos e os jornalistas se vêm hoje sem poder para solucioná-los”. E acrescenta:

Entre os fatores que contribuem para o descrédito do jornalismo em meio aos cidadãos, o principal é as notícias serem produzidas “de cima para baixo”, isto é, concentrarem-se demais nos altos escalões do governo e tenderem a reproduzir os pontos de vista da elite, não dos cidadãos como um todo. Isso faz com que os jornalistas sejam vistos como estranhos à gente comum e considerados parte da mesma elite cujas ações reportam em seu cotidiano. (TRÄSEL, 2014, p. 74)

Assim, a uma crise de credibilidade da imprensa e do papel do jornalismo em si, somam-se as mudanças estruturais e econômicas trazidas pela cibercultura, com cortes de custos nas redações, diminuição da audiência e perdas financeiras devido ao deslocamento das verbas publicitárias da mídia tradicional para empresas de tecnologia.

A tecnologia concedeu a todos que podem adquiri-la a capacidade de se comunicar com outros cidadãos diretamente, buscar informação nas fontes originais, publicar relatos, editar vídeos ou circular programas em áudio. Esta nova realidade demanda uma reorganização da imprensa como indústria e uma adaptação das práticas profissionais jornalísticas. (TRÄSEL, 2014, p. 76).

O autor, então, defende que a emergência do jornalismo de dados no atual momento histórico pode ser compreendida como um fenômeno tecnológico, social e cultural, ligado à cibercultura. Nesse sentido, Träsel (2014) coloca o jornalismo de dados como uma forma encontrada pela imprensa para superar sua crise de credibilidade, buscando reconquistar a confiança da audiência ao embasar suas notícias e reportagens em bases de dados. E o pesquisador vai além para entender tal estratégia. Em sua tese de doutorado, ele realizou uma observação participante na redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, com a equipe do *Estadão Dados*, a fim de identificar valores, crenças e condutas dos profissionais que trabalham com o jornalismo de dados.

Durante o período de observação, Träsel identificou três traços comuns entre os jornalistas de dados do *Estadão*: o cooperativismo, que diz respeito à tendência de compartilhamento de informações entre os profissionais de jornalismo de dados, e remete ao movimento de Software Livre e Open Source (F/OSS), em oposição à tradicional competição entre redações pelo “furo jornalístico”; a tecnofilia, que é a “afinidade pela manipulação e compreensão de artefatos técnicos” (TRÄSEL, 2014, p. 197), ou seja, um apreço pelas inovações tecnológicas; e o objetivismo, amparado na aplicação de técnicas das ciências sociais e da informática à produção jornalística, a fim de conferir mais cientificidade às reportagens.

A noção de cooperativismo apresentada pelo autor está ligada também à necessidade de difundir as práticas do jornalismo de dados nas redações e de conferir mais transparência ao processo de produção jornalístico, com auditorias das bases de dados e o ato de incorporar a colaboração da audiência nas rotinas produtivas, uma vez que teoricamente qualquer pessoa poderia acessar as bases de dados e verificar o trabalho realizado pelos jornalistas. Essa auditoria vai ao encontro do objetivismo pretendido pelos jornalistas de dados em suas reportagens.

A tecnofilia, por sua vez, segundo Träsel (2014, p. 23-24), também se mostra como “uma crença na capacidade de a informática neutralizar os obstáculos administrativos para a realização de investigações jornalísticas”, o que também se encaixa no ideal de objetivismo.

A objetividade passa a ser compreendida como a aplicação de técnicas das ciências sociais e da informática às rotinas produtivas das redações, no intuito de substituir o jornalismo declaratório, baseado em fontes humanas, por reportagens cujos fatos são derivados de bases de dados. Essa noção renovada de objetividade também se assenta sobre procedimentos de transparência e difusão do conhecimento sobre as técnicas de JGD nas redações e para o público em geral, a partir de um espírito de cooperativismo cujas raízes remetem ao movimento do Software Livre e Open Source (F/OSS). (Träsel, 2014, p. 15)

O objetivismo, nesse sentido, parece ser a questão central da utilização do jornalismo de dados como forma de recuperar a credibilidade dos meios de comunicação. Não mais na forma de ritual estratégico, como na teoria de Tuchman (1993), mas como uma maneira de dar ao jornalismo um caráter científico.

4. Uma alternativa à cobertura econômica padrão

Os problemas de credibilidade citados por Träsel (2014) para caracterizar a crise estrutural da imprensa são facilmente identificáveis na cobertura de assuntos econômicos, como mostram Basile (2002) e Caldas (2008). Uma das principais deficiências que os dois autores apontam no jornalismo econômico também é citada por Träsel: a dependência excessiva das fontes oficiais.

As rotinas produtivas baseadas no modelo industrial e no ideal de objetividade, entretanto, causaram uma dependência excessiva de fontes oficiais, que, com acesso privilegiado à imprensa, podiam determinar os limites da deliberação pública legítima, em detrimento de discussões que poderiam beneficiar minorias étnicas ou os grupos sociais economicamente desfavorecidos. (TRÄSEL, 2014, p. 73)

No caso específico da cobertura econômica, esses problemas se acentuam, devido ao jargão excessivamente técnico utilizado por economistas e reproduzido nas redações, como afirma Caldas (2008). “O texto de economia exige esforço extra do repórter para traduzir, em linguagem clara e acessível, a frieza dos números, os termos técnicos e herméticos usados pelas fontes de informação, pesquisas, balanços, relatórios e documentos do governo”. (CALDAS, 2008, p 39-40).

Para depender menos das fontes oficiais e de assessorias de imprensa, os jornalistas econômicos poderiam utilizar as técnicas do jornalismo de dados. A busca pelo

objetivismo identificada por Träsel (2014) nos jornalistas de dados do *Estadão* vai na mesma direção da necessidade de diversificação de fontes no jornalismo econômico apontada por Caldas (2008).

O sentido da objetividade no JGD, portanto, é se afastar do noticiário declaratório, no qual duas ou mais fontes apresentam afirmações contraditórias ou consistentes sem uma avaliação por parte do repórter, para um jornalismo no qual a objetividade seja estabelecida pela contraposição entre as “aspas” de autoridades e especialistas e os dados disponíveis a respeito de um determinado tema. (TRÄSEL, 2014, p. 209)

Um exemplo de como jornalismo de dados e jornalismo econômico podem caminhar juntos é o e-book “Siga os números - Introdução ao uso de dados no jornalismo de finanças e negócios”, lançado pela jornalista Mariana Segala em 2017. A autora, assim como Caldas (2008) e Basile (2002), também critica o texto utilizado nas editoriais de economia. “Os textos jornalísticos de economia têm a má fama de serem difíceis de compreender e entediantes de ler. [...] Esse talvez seja o assunto que mais demande dedicação dos jornalistas na hora de colocar a apuração no papel” (SEGALA, 2017, s.p.). Segala (2017) afirma que conhecer dados e saber operá-los é fundamental para jornalistas, em especial os de economia, para que saibam interpretar as informações divulgadas por empresas e pelo governo.

Mesmo assim, não são poucos os repórteres que não se arriscam com os números – mesmo nas redações especializadas. É muito comum encontrar estruturas como a que, no jornal *Valor Econômico*, foi batizada de *Valor Data*: uma equipe de profissionais não jornalistas que coletam dados e montam bases publicadas periodicamente no papel. Repórteres menos familiarizados com as planilhas acabam precisando se render a eles para obter determinadas séries de informações ou análises para suas reportagens. Como não lidam diretamente com os dados, deixam de aproveitar a oportunidade de ter boas ideias ao estudar a evolução e os padrões dos números. (SEGALA, 2017, s.p.)

Segala (2017) sugere que jornalistas que cobrem economia utilizem as técnicas do jornalismo de dados para criar e manter conjuntos de bases de dados que garantam um estoque de boas reportagens. Ela cita o exemplo de um jornalista do jornal especializado em economia *Valor Econômico* que mantém mais de mil planilhas eletrônicas com dados em seu computador e, dificilmente, é “furado” ou fica sem pautas para repor-

tagens interpretativas. É uma forma de diversificar a cobertura econômica e uma prática que vai ao encontro da teoria de Träsel (2014, p. 93) sobre a emergência do jornalismo de dados:

[...] A comunicação em rede e a informatização também permitem a alguns jornalistas encontrar respostas para a crise da reportagem. Construído sobre as propostas e técnicas do Jornalismo de Precisão e Reportagem Assistida por Computador, o Jornalismo Guiado por Dados empresta o cooperativismo e a tecnofilia típicos da cibercultura para oferecer maneiras de retomar os ideais de serviço público e fiscalização do poder no contexto de crise da imprensa como indústria e como instituição social.

As técnicas do jornalismo de dados e as noções de tecnofilia e cooperativismos identificados por Träsel (2014) nos jornalistas de dados podem ser, portanto, uma resposta efetiva para a crise do jornalismo e, mais especificamente, para o jornalismo econômico. Ao convergirem para uma noção de objetivismo que tenta emprestar um caráter científico ao jornalismo, essas práticas poderiam recuperar a credibilidade dos meios de comunicação. No entanto, esse sentido de objetividade proposto pelo jornalismo de dados tem seus limites.

Bradshaw (2013, s.p.) afirma que os dados “como qualquer fonte, devem ser tratados com ceticismo; e como qualquer ferramenta, temos de ser conscientes sobre como eles podem moldar e restringir as reportagens que nós criamos com eles”. Träsel (2014) também chama a atenção para o fato de que as bases de dados não são neutras, uma vez que as normas para sua apresentação, as categorias e métodos de coleta e, até mesmo, o fato de serem produzidas são decisões políticas. O pesquisador exemplifica utilizando um tema frequente no noticiário econômico:

O conceito de desemprego usado pelos governos para aferir essa dimensão da vida social é variável, podendo ser entendido como a ausência de um contrato de trabalho formal entre um indivíduo e uma pessoa física ou jurídica, ou então como a ausência de uma ocupação profissional qualquer, seja ela formal ou informal, em tempo integral ou parcial. Este segundo conceito excluiria das estatísticas de desempregados os indivíduos que vivem de “bicos”, mesmo se estiverem nesta situação involuntariamente. Neste caso, decisões políticas tornariam invisível, nas bases de dados, um possível problema social, sobretudo para os jornalistas que não atentassem para os aspectos metodológicos de sua produção. (TRÄSEL, 2014, p. 123)

Bounegru (2013) também sustenta que os jornalistas de dados devem ser criticamente conscientes de como as fontes de dados enquadram, conformam e distorcem diferentes questões.

5. Considerações finais

O jornalismo de dados emerge em um momento de grandes transformações na rotina produtiva do jornalismo. As mudanças que surgem no contexto da cibercultura são muitas, como destaca Träsel (2014): cortes de custos nas redações, diminuição da audiência, perdas financeiras devido ao deslocamento das verbas publicitárias da mídia tradicional para empresas de tecnologia, mudanças no perfil do jornalista, entre outras. O autor também aponta uma crise de credibilidade da imprensa, que não atende satisfatoriamente aos interesses da população, muitas vezes devido a interesses comerciais.

Diante desse cenário, o jornalismo de dados pode ser uma forma de reavivar o papel do jornalismo como defensor do interesse público: debruçando-se sobre bases de dados de órgãos públicos e governos, a fim de produzir reportagens interpretativas; com um método de produção mais transparente; e com conteúdos interativos e inovadores, em um momento de grande disseminação da tecnologia. No caso específico do jornalismo econômico, as técnicas de jornalismo de dados podem ajudar a mudar a “cara” da editoria: normalmente caracterizada como “chata” ou “difícil”, devido à reprodução de linguajar excessivamente técnico, como ilustram Calda (2008) e Basile (2002). Os dois autores também apontam outro problema da cobertura econômica: a ênfase em declarações de fontes oficiais, em detrimento de reportagens interpretativas. O jornalismo de dados, nesse caso, pode agregar valor às reportagens ao proporcionar pautas originais, encontradas nas bases de dados, como sugere Segala (2017).

O jornalismo de dados pode, então, renovar as editorias de economia, deixando sua cobertura menos burocrática, ou seja, menos concentrada em eventos e fonte oficiais. Entretanto, é necessário prestar atenção aos limites desta prática jornalística. Träsel (2014), Bounegru (2013) e Bradshaw (2013) alertam para os “perigos” de crer excessivamente na objetividade dos dados. A observação participante realizada por Träsel no *Estadão Dados* aponta uma crença dos jornalistas de dados no objetivismo como forma

de dar um caráter científico ao jornalismo, mas é imprescindível prestar atenção na forma como cada base de dados foi produzida, por quem foi financiada e quais são os interesses por trás da iniciativa. Além disso, análises estatísticas podem também levar a erros de interpretação se usadas sem o devido contexto.

Referências

- BASILE, Sidnei. **Elementos de jornalismo econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- BOUNEGRU, Liliana. Jornalismo de dados em perspectiva. In: GRAY, Jonathan; CHAMBERS, Lucy; BOUNEGRU, Liliana (orgs.). **Manual de jornalismo de dados: como os jornalistas podem usar dados para melhorar suas reportagens**. São Paulo: Abraji/EJC, 2013. Disponível em: <<http://datajournalismhandbook.org/pt/>> Acesso em: 02 jul. 2018.
- BRADSHAW, Paul. O que é jornalismo de dados? In: GRAY, Jonathan; CHAMBERS, Lucy; BOUNEGRU, Liliana (orgs.). **Manual de jornalismo de dados: como os jornalistas podem usar dados para melhorar suas reportagens**. São Paulo: Abraji/EJC, 2013. Disponível em: <<http://datajournalismhandbook.org/pt/>> Acesso em: 02 jul. 2018.
- CALDAS, Suely. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CRUCIANELLI, Sandra. 12 pontos para entender o jornalismo de dados. **Blog Jornalismo nas Américas**, 29 abr. 2013. Disponível em: <<https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-13735-12-pontos-para-entender-o-jornalismo-de-dados>> Acesso em: 02 jul. 2018.
- HOLOVATY, Adrian. A fundamental way newspaper sites need to change. **Adrian Holovaty**, 6 set. 2006. Disponível em: <<http://www.holovaty.com/writing/fundamental-change>> Acesso em: 02 jul. 2018.
- MEYER, Philip. The Future of CAR: Declare Victory and Get Out! In: PAUL, Nora (org.). **When nerds and words collide: reflections on the development of Computer-Assisted Reporting**. St. Petersburg: Poynter Institute, 1999.
- ROYAL, Cindy; BLASINGAME, Dale. Data journalism: An explication. **#ISOJ The Journal of the International Symposium on Online Journalism**, vol. 5, n. 1, 2015.
- SEGALA, Mariana. **Siga os números: introdução ao uso de dados no jornalismo de finanças e negócios**. 2017. Disponível em: <<https://sigaosnumeros.wordpress.com/>> Acesso em: 18 out. 2017.
- SEGALA, Mariana; SPANNEMBERG, Ana Cristina. Jornalismo de dados: uma revisão conceitual. In: **Anais do 14º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 2016, Palhoça. 14º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2016.
- TRÄSEL, Marcelo. O jornalismo guiado por dados numa perspectiva brasileira. In: GRAY, Jonathan; CHAMBERS, Lucy; BOUNEGRU, Liliana (orgs.). **Manual de jornalismo de da-**

dos: como os jornalistas podem usar dados para melhorar suas reportagens. São Paulo: Abraji/EJC, 2013. Disponível em: <<http://datajournalismhandbook.org/pt/>> Acesso em: 02 jul. 2018.

_____. **Entrevistando Planilhas**: estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil. 2014. 315 f. (Doutorado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4590/1/461784.pdf>> Acesso em: 02 jul. 2018.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teoria e histórias. Lisboa: Vega, 1993.

VERMANEN, Jerry. Por que o Jornalismo de Dados é importante? GRAY, Jonathan; CHAMBERS, Lucy; BOUNEGRU, Liliana (orgs.). **Manual de jornalismo de dados**: como os jornalistas podem usar dados para melhorar suas reportagens. São Paulo: Abraji/EJC, 2013. Disponível em: <<http://datajournalismhandbook.org/pt/>> Acesso em: 02 jul. 2018.

VIANA, César. Por que o Jornalismo de Dados é importante? In: GRAY, Jonathan; CHAMBERS, Lucy; BOUNEGRU, Liliana (orgs.). **Manual de jornalismo de dados**: como os jornalistas podem usar dados para melhorar suas reportagens. São Paulo: Abraji/EJC, 2013. Disponível em: <<http://datajournalismhandbook.org/pt/>> Acesso em: 02 jul. 2018.